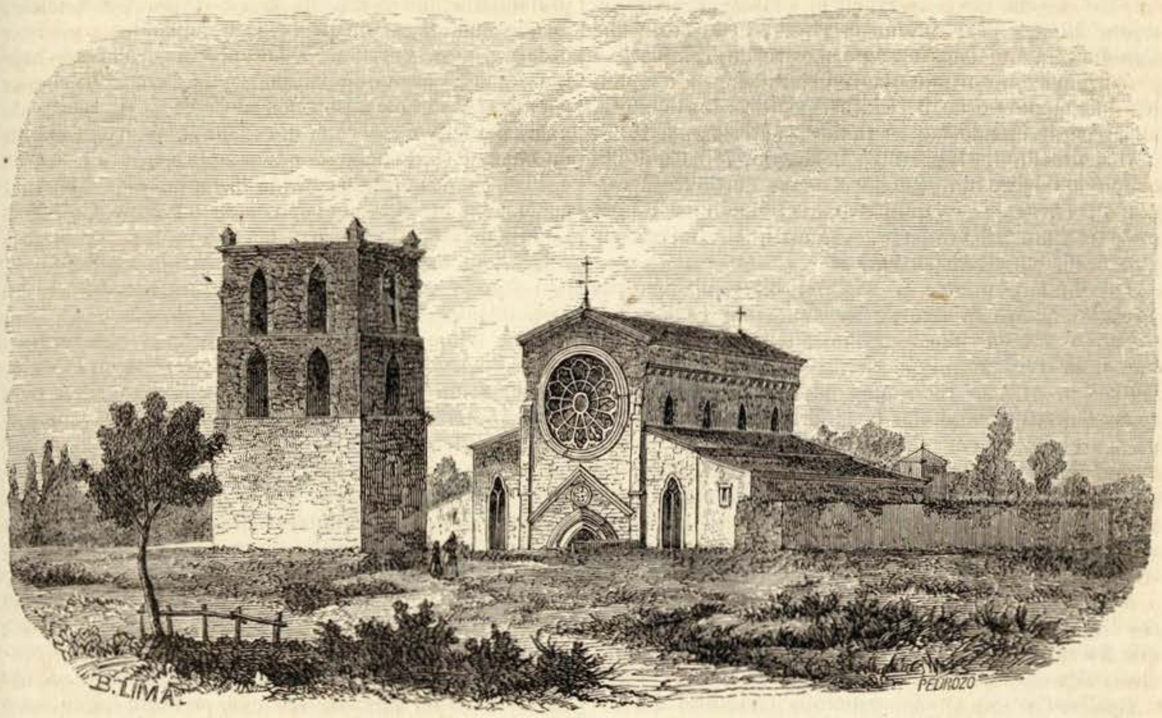


Egreja de Santa Maria do Olival

THOMAR

CASTELLO DOS TEMPLARIOS E CONVENTO DA ORDEM MILITAR DE CHRISTO

(Vid. pag. 41)

IV

ADMISSÃO DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL

Os annaes dos templarios em Portugal estão enlaçados com a historia da fundação da monarchia, e da libertação d'esta terra do poder dos sarracenos. Equivale isto a dizer que esses annaes estão cheios de lacunas, que ainda nenhum chronista preencheu, e de logares escuros, onde se tem perdido em conjecturas e opiniões encontradas os diversos auctores que tem tratado d'esta celebre ordem de cavallaria.

O primeiro ponto que tem sido posto em dúvida é a epocha da introducção da ordem n'este paiz. O segundo quem foi n'elle o primeiro mestre dos templarios.

Quanto á epocha, não se limita a questão ao anno preciso em que se realisou aquelle acontecimento. Tem sido materia de controversia se foi sob o governo do conde D. Henrique de Borgonha, se no da rainha D. Theresa, sua esposa, depois de viuva, se no reinado de seu filho, el-rei D. Affonso Henriques.

Não nos devemos, porém, admirar de que apresentem tal divergencia de opiniões os escriptores que trataram d'este assumpto seculos depois da extincção da ordem, quando vemos que se deram as mesmas dúvidas em tempo em que existiam ainda no paiz os cavalleiros do Templo.

Por occasião da extincção da ordem em 1314, ordenou el-rei D. Diniz que se tirasse uma minuciosa *inquirição sobre os usos, costumes e jurisdicções dos templarios, e sobre as preeminencias que os reis de Portugal tinham sobre esta ordem.* Executou-se a determinação del-rei. Abriram a devassa em Coimbra João Paes de Soure, e em Castello Branco Ayres Pires, almoxarife. Foram inquiridas muitas testimunhas, de que se lavrou o competente auto, cujo original se guarda no real archivo da Torre do Tombo. N'este documento declaram algumas testimunhas, *que sempre ouviram dizer, e fôra, e era fama e crença na terra*, que os templarios vieram a Portugal no tempo do conde D. Henrique, pedindo a este principe os empregasse na guerra que trazia contra os moiros. No mesmo documento vê-se que outras testimunhas attribuem a D. Affonso Henriques a introducção da dita ordem.

Bastará, porém, para refutar aquella fama e crença a comparação da data em que o conde D. Henrique morreu, com a fundação da ordem dos templarios, que é muito posterior.

Entretanto, é fóra de dúvida que a entrada dos templarios em Portugal se effeituou sob o governo da rainha viuva, D. Theresa, sendo ainda menor o infante D. Affonso Henriques. O erudito auctor do *Elucidario* cita, em abono d'esta opinião, varias doações e confirmações feitas por aquella soberana aos cavalleiros do Templo, cujos originaes se guardavam no cartorio do convento de Thomar. A mais antiga d'essas doações é a do castello e terra de Soure, que então ficavam na fronteira de territorio de moiros. Esta doação tem a data XIIII. K. April. E. M. C. L. XVI, que é o anno de Christo de 1128. Poucos dias depois confirmou e ampliou esta doação a rainha D. Theresa, e no anno seguinte renovou-a seu filho, D. Affonso Henriques.

Vê-se pois d'estes documentos que a ordem do Templo entrou n'este paiz antes de ser approvado o seu instituto pelo concilio de Troyes, celebrado no dia 14 de janeiro de 1128. Sabe-se, tambem por documento authentico, que já aqui existia em 1126; ignora-se, porém, o anno da sua entrada.

Dissemos que outro ponto controverso era o nome do primeiro mestre dos templarios em o nosso paiz.

Quasi todos os nossos escriptores nomeiam como tal a D. Gualdim Paes. Todavia, de differentes escripturas que existiam no cartorio de Thomar, e de outras que se devem de conservar em outros archivos do reino, citadas pelo mesmo escriptor, deduz este que fôra D. Gualdim Paes o sexto mestre do Templo.

O primeiro mestre de que se acha memoria n'aquelles documentos é de D. Guilherme Ricardo. Como tal apparece assignado em escripturas anteriores a 1126. O segundo, D. Raymundo Bernardo, foi o que acceitou a doação do castello e terras de Soure á rainha D. Theresa. Vivia então D. Raymundo em Braga, onde os templarios tinham casa, a primeira talvez que possuiram em terra portugueza.

Foi terceiro mestre D. Pedro Froilaz, no anno de 1140; e quarto D. Ugo de Martonio, em 1143.

Sob o governo d'este ultimo adquiriram os cavalleiros do Templo muita gloria, combatendo ao lado del-rei D. Affonso Henriques na expugnação da torreada Santarem, uma das mais fortes praças de guerra da Estremadura em que fluctuava o pavilhão musulmano. N'esta empreza ousadissima vingaram-se os templarios da affronta que os moiros lhes tinham feito pouco antes no castello de Soure, onde os christãos, pela maior parte, foram mortos ou captivos, e o castello destruido.

Tomada Santarem aos 15 de março de 1147, el-rei D. Affonso Henriques, em cumprimento do voto que fizera, doou á ordem do Templo a jurisdicção ecclesiastica de Santarem.

Realisou-se no anno seguinte a conquista de Lisboa, na qual os templarios tambem auxiliaram aquelle guerreiro monarcha.

Investido, porém, D. Gilberto na dignidade de primeiro bispo de Lisboa, não tardou a pretender reivindicar a jurisdicção ecclesiastica de Santarem, que a ordem do Templo usufruia. Correu grande e prolongado litigio, no paiz e em Roma, a que a final poz termo el-rei D. Affonso Henriques, persuadindo os templarios a cederem aquella jurisdicção, recebendo em troca o castello e territorio de Ceras, por doação datada de fevereiro do anno de Christo de 1159. Era a esse tempo mestre do Templo D. Gualdim Paes, que succedêra n'esse cargo a D. Pedro Arnaldo em 1157. E foram estes dois os primeiros mestres portuguezes que teve a ordem n'este reino.

Não obstante o que deixâmos dito, este segundo ponto historico, da successão dos seis primeiros mestres, não é tão averiguado como o do nome do soberano que recebeu a ordem n'este paiz. N'aquelle caso, o que nos faz dúvidas é a diversidade de titulos com que figuram ou se assignam nas alludidas escripturas os cavalleiros referidos como primeiros mestres. É certo que *preceptor* e *magister* é a mesma coisa; mas não nos parece que o seja *procurator*, sem embargo do parecer de escriptores auctorisados.

Quando a ordem do Templo se espalhou da Palestina pelos diversos paizes da Europa, que a acolheram, creou os cargos de mestres, commendadores e priores para o governo dos cavalleiros nos differentes estados, e nas diversas casas ou conventos de cada estado, ficando todos sujeitos á auctoridade do grão-mestre, que residia na cidade de Jerusalem. O titulo de mestre, simplesmente, ou mestre provincial, ou preceptor, designava o chefe ou governador da ordem em cada reino. O commendador, ou commendador-mór, parece que era o cavalleiro que tinha inspecção ou jurisdicção em mais de uma casa ou convento. Prior era o titulo do prelado de cada um dos conventos.

O padre Viterbo pretende que o titulo de procurador era equivalente ao de mestre ou preceptor. Não nos parece que o seja, pois que similhante vocabulo designa a missão especial de procurar ou tratar quaesquer negocios, e não auctoridade governativa ou docente. Por outro lado, devemos considerar que, enriquecendo-se a ordem por via de doações régias e particulares, forçosamente havia de ter necessidade, pela accumulação de negocios e demandas, de crear o cargo de procurador na accepção restricta que hoje lhe damos; cargo que não poderia ser compativel com as altas e variadas funcções de mestre. Daremos de mão, porém, a estas questões, que não podem deixar de chamar a attenção de quem se propozer a escrever a historia dos cavalleiros do Templo, mas que mal cabem em um artigo que nem sequer póde aspirar ás honras de esboço historico, pois que não passa de uma relação de várias noticias sobre aquelle assumpto.

Voltando a D. Gualdim Paes, diremos que a seu respeito não resta a menor dúvida de que fosse mestre dos templarios e natural d'este paiz. Não se limitou a historia a archivar sómente o seu nome e titulo, escriptos em doações e outros documentos; guardou e commemorou tambem as suas acções, gravando-as no marmore.

Foi sob o longo e esclarecido governo d'este valoroso mestre que a ordem teve em Portugal o maior impulso e desenvolvimento. Nascido em uma aldeia proximo de Braga, então chamada *Marecos*, e agora *Amares*, em 1118, anno em que se fundou a ordem; armado cavalleiro por el-rei D. Affonso Henriques, em 1139, no campo de Ourique; partindo depois para a Palestina, onde entrou na ordem do Templo, illustrou-se durante cinco annos nas guerras contra os sultões da Syria e do Egypto. Voltando a Portugal ao cabo d'esse periodo, foi feito commendador da casa dos templarios em Braga, onde se achava n'esta qualidade no anno de 1148. Nove annos depois foi nomeado mestre da ordem n'este reino.

Em 1159 fez-lhe D. Affonso Henriques a doação do castello e territorio de Ceras, de que acima fallámos. Precederam e succederam a esta muitas outras doações de terras, castellos e outras propriedades feitas pelo mesmo soberano ao dito mestre, em recompensa dos muitos e grandes serviços que os templarios lhe fizeram, auxiliando-o efficazmente nas suas arrojadas emprezas contra os moiros.

Entre os castellos de que tratam aquellas doações figura o celebre castello de Almourol, fundado pelos romanos sobre uma ilha de escarpados rochedos que se ergue do meio do Tejo, quasi em frente de Tancos, e levantado das ruinas em que então se achava por D. Gualdim Paes.

Cuidando com diligencia e actividade de assegurar e defender contra os sarracenos os territorios doados á ordem, apressou-se D. Gualdim a edificar nas terras pertencentes ao senhorio de Soure o castello de Pombal, e nas de Cera, ou Ceras, além de uma fortaleza, a egreja que havia de servir de cabeça da ordem.

N'este territorio, pois, escolheu para a edificação da casa as visinhanças do sitio em que se viam ainda alguns vestigios da antiga cidade de Nabancia, que florescêra no tempo do dominio romano, e que fôra destruida, ao que se presume, pela invasão dos arabes. Jaziam aquellas ruinas sobre uma collina na margem esquerda do rio Thomar, que mais tarde trocou este nome, que os arabes lhe pozeram para significar a pureza de suas aguas, pelo de Nabão, que hoje tem, como derradeira memoria da cidade, cujos restos forneceram os materiaes para as construcções dos templarios.

O desejo de aproveitar o castello de Ceras, obra muito anterior, arruinada provavelmente pelos destruidores do imperio romano na sua entrada na Lusitania no seculo v; o pensamento devoto, talvez, de fundar a séde da ordem em um logar já memorando para a religião pela existencia de um antigo mosteiro

benedictino, que fôra sentar-se no meio d'aquellas solidões, entre o rio e as reliquias da cidade de Nabancia; em um logar, finalmente, sanctificado no seculo VII com a vida e martyrio da virgem Santa Iria ou Irene; foi tudo isto, certamente, o que levou D. Gualdim Paes a lembrar-se de reedificar o castello, apesar da impropriedade do sitio para uma fortaleza, e a reconstruir o convento e egreja que pertenceram aos monges benedictinos, dando-lhe a invocação de *Santa Maria do Olival*.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

BATEIS, GALÉS, BERGANTINS, GALEOTAS

E OUTRAS EMBARCAÇÕES DE GALA DOS NOSSAS REIS

(Vid. pag. 65)

Assim que D. Filippe III de Castella se retirou de Lisboa, a galé real e as outras galés regressaram ao porto de Hespanha, d'onde tinham vindo.

Passados 21 annos realisou-se a revolução do 1.º de dezembro de 1640, que restituiu a Portugal a sua independencia e elevou ao throno a dynastia de Bragança. Logo que chegou a Villa Viçosa a noticia de que fôra acclamado rei em Lisboa o duque de Bragança, D. João, 2.º do nome, o novo soberano partiu immediatamente para a capital, a fim de constituir o governo e prover á defensa do reino. A entrada del-rei foi sem apparato nem prevenção de especie alguma. Mas não succedeu assim com a da rainha, que seu esposo determinou que fosse feita com solemnidade. Enviou el-rei D. João IV varios titulares a Villa Viçosa para acompanharem a rainha e seus filhos até Aldeia Gallega, onde o soberano com a sua corte a foram buscar no dia 25 d'esse mesmo mez de dezembro.

O auctor da *Historia genealogica da casa real portugueza*, dando conta das alegrias e applausos com que a rainha e familia real foram esperados e recebidos na cidade, não diz coisa alguma ácerca da embarcação que os transportou, no trajecto do Tejo. Esta omissão de um escriptor que, em casos identicos, nunca deixou de consagrar algumas palavras, como adiante veremos, á descripção e encarecimento das embarcações de gala dos nossos reis, auctorisa-nos a suppor que n'aquelle tempo nenhuma havia com riqueza condigna da magestade.

Cremos tambem que durante o reinado de D. João IV, e ainda nos principios do del-rei D. Affonso VI, não se cuidou de remediar essa falta. A guerra da independencia, absorvendo todas as attenções e cuidados do governo, e todos os recursos do paiz, mal deixava tempo e dinheiro para obras de mera ostentação. Assim pois, quando se celebraram os esponsaes da infanta D. Catharina, filha del-rei D. João IV, já então fallecido, com Carlos II, rei de Inglaterra, esta princeza foi conduzida por el-rei D. Affonso VI, seu irmão, no dia 23 de abril de 1662, desde o caes no Terreiro do Paço até bordo da esquadra ingleza, que a veiu receber a este porto, em um bergantim cuja magnificencia consistia nas ricas armações de sedas e veludos com que o prepararam.

Portanto, o primeiro bergantim real que se construiu em Lisboa com riqueza de decorações proprias, foi o que se fez por occasião do casamento del-rei D. Affonso VI com a rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya.

No dia 2 de agosto de 1666 surgiu no Tejo a esquadra franceza, composta de dez navios de guerra, que conduzia a rainha. «Na tarde pelas seis horas (lê-se na citada *Historia genealogica*), sahio Elrei do Paço custosamente vestido, acompanhado do Infante D. Pedro, e embarcarão em um bergantim *entalhado e dourado*, soberbamente endereçado com cortinas e almofadas de brocado carmesim, franjadas de ouro e prata, com trinta remeiros vestidos de damasco carmesim guarnecido de galões de ouro e prata.»

Para o recebimento da rainha D. Maria Sophia de Neubourg, segunda mulher del-rei D. Pedro II, serviu outro bergantim mais esplendido que o de D. Affonso VI. Esta princeza chegou a Lisboa no dia 11 de agosto de 1687 a bordo de uma nau ingleza, seguida de outras naus da mesma nação. Eis-aqui como o auctor da *Historia genealogica* descreve o bergantim real em que D. Pedro II foi buscar a rainha: «Embarcou Elrei no Paço da Corte-Real em um bergantim muy rico, e de custosa fabrica, entalhado, e dourado, a camera toda guarnecida de vidraças crystallinas, com toldo e cortinas de setim de ouro e carmesim, cadeiras, almofadas e alcatifa do mesmo, com vinte e dous remeiros vestidos ao uso Africano de escarlata e galões de ouro. O Patrão vestia de brocado encarnado com a mesma guarnição; e o Patrão mór de pano custosamente guarnecido de ouro com o Estandarte Real ricamente bordado com as Armas Reaes: hião os Trombetas na proa do bergantim com as trombetas de prata, e bandeirollas com as Armas Reaes bordadas.»

Foi este o primeiro bergantim real que appareceu no Tejo com a camara envidraçada, o que desde então ficou em uso para os mais que se construiram em substituição d'este.

Cremos, porém, que o dito bergantim não foi construido expressamente para esta solemnidade, mas sim para o projectado enlace da princeza D. Isabel, herdeira presumptiva da coroa, filha unica del-rei D. Pedro II, e da rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, sua primeira mulher, com o duque de Saboya, Victor Amadeu.

Celebraram-se os esponsaes em Lisboa no dia 25 de março de 1682, e logo depois largou do nosso porto com destino ao de Niza a esquadra portugueza que havia de conduzir o duque de Saboya. O citado auctor diz que era «uma das mais ricas armadas, que vio sobre si o mar Oceano, e Mediterraneo, de que era general Pedro Jasques de Magalhães, Visconde de Fonte Arcada: compunha-se de oito grandes náos, de que era Capitania S. Francisco de Assis, a que chamarão o *Monte de Ouro*, em que se via igualmente competir a riqueza com o delicado gosto e perfeição.» Outro escriptor, fallando d'esta armada, diz que a nau almirante *era toda cozida em ouro*. Outro ainda, descrevendo a camara d'ella, refere que toda era construida e ornada de cedro, ebano e pau santo, incrustrados de lindos e exquisitos lavores de tartaruga, marfim, oiro e prata [1].

Esta armada chegou a partir para Niza, onde se demorou á espera que o duque de Saboya se restabelecesse de uma fingida doença, que diziam ser grande e teimosa, até que, aproximando-se o inverno, voltou para Lisboa sem o noivo [2]. Entretanto, este projectado

[1] Ao favor do distincto archeologo, o sr. abbade de Castro, devemos a seguinte interessante noticia ácerca d'esta armada e da sua nau almirante, extrahida, diz o dito senhor, dos apontamentos de Manuel Franco de Sequeira, que foi um dos homens mais curiosos do seculo passado:

«Quando no dia 23 de Maio de 1682 largou a armada do porto de L'sboa, para conduzir a esta Cidade e Corte o Duque de Saboya, para casar com a Princeza, a Senhora D. Isabel, filha d'Elrey, o Senhor D. Pedro 2.º, se apparelharão 8 náos pintadas e douradas, sendo a Almirante toda ornada em ouro por dentro; a pôpa e prôa até á flor d'agôa; e os bordos até ás portinholas das peças; a camara da pôpa era pintada pelos melhores pintores de Lisboa (como Manoel da Silveira, Bento Coelho da Silveira, Feliciano d'Almeida, Antonio d'Oliveira Bernardes e outros); e assoalhada de páo preto e marfim; a cama era magnifica; o Estandarte real de seda, onde se vião bordadas as Armas de Portugal; de modo que bem merecia esta embarcação o nome de Monte do Ouro, que se lhe poz. Nesta náo hia o retrato da Princeza, a Senhora D. Isabel, que Elrey o Senhor D. Pedro 2.º enviava ao Duque de Saboya, Victor Amadeo, pintado por Josefa d'Ayala, porque foi o que se julgou mais parecido com a Princeza, a Senhora D. Isabel.»

[2] Frustrou-se este consorcio por influencia da França, que chegou a ameaçar a Saboya com uma invasão. As intrigas estrangeiras que se urdiram sobre o casamento da infanta D. Isabel, nas quaes tomaram parte as principaes potencias da Europa, formam um dos mais curiosos episodios da historia portugueza.

enlace custou ao thesouro portuguez avultadas sommas, porque D. Pedro II, querendo lisongear a vaidade da rainha sua esposa, que desejava ardentemente ver realisada, e com o maior esplendor possivel, a união de sua filha com um principe da sua familia, não se poupou a despezas para dar a essas nupcias lustre e apparato verdadeiramente reaes. Ora, preparando-se para conducção do noivo uma nau com a riqueza acima dita, não podia deixar de construir-se para desembarque do principe, na sua chegada a Lisboa, um bergantim que condissesse com todas as magnificencias de tão faustosa solemnidade.

É com estes fundamentos, pois, que julgâmos ser esse mesmo bergantim o que serviu, cinco annos depois, para o desembarque da rainha D. Maria Sophia de Neubourg [1].

Tambem nos parece que foi n'este bergantim que el-rei D. João V, no dia 27 de outubro de 1708, foi buscar a bordo da nau ingleza *Real Anna*, entrada na vespera no Tejo juntamente com mais dezesete naus da mesma nação, a rainha D. Maria Anna d'Austria, que vinha ser sua esposa. Pela descripção d'elle, que temos á vista, afigura-se-nos não ser nova construcção. As poucas vezes que servem taes embarcações, e o recato com que se guardam, asseguram-lhes longa existencia.

Por occasião dos casamentos do principe do Brazil, D. José, com a infanta de Hespanha, D. Marianna Victoria, e da infanta de Portugal, D. Maria Barbara, com o principe das Asturias, que depois subiu ao throno de Hespanha com o nome de Fernando VI; por occasião d'esta dupla solemnidade, repetimos, é que el-rei D. João V mandou construir um novo bergantim real.

O auctor da *Historia genealogica*, tratando do regresso da familia real portugueza a Lisboa, depois do encontro e visita dos dois monarchas da peninsula na fronteira do Alemtejo, sobre o rio Caia, onde se effeituou a troca das duas infantas, diz que, chegando a real comitiva ao Montijo, «embarcarão no bergantim real, que novamente se havia fabricado com grande custo, e ao mesmo tempo que ElRei mandou vogar o seu bergantim, o fizeram trinta escaleres, em que iam os Grandes e Senhores da Corte, e familia da Casa Real; e como não erão bastantes, estavão promptos mais duzentos barcos, dos que navegão pelo Tejo, todos empavesados com bandeiras e galhardetes de diversas cores; e todos postos a vela seguiam o bergantim, e fazia huma formosa vista aquella grande armada ligeira, atravessando o Tejo [2]...»

D'esta vez o auctor não descreve o novo bergantim real, mas póde-se fazer idéa da sua riqueza pelo animo ostentoso do soberano, por esse amor do fausto, que era em D. João V uma das principaes feições do seu caracter. O que tambem se conhece d'aquella narração, é que houve n'este reinado grande augmento nas embarcações de estado, pois que vemos figurar n'aquella funcção nada menos de trinta escaleres.

Posto que os casamentos reaes e troca das infantas, de que acima fallámos, se realisassem no anno de 1729, e o reinado del-rei D. João V se prolongasse até 1750, não tornou a haver em todo este periodo solemnidade alguma que désse motivo para se construir novo bergantim, isto é, em substituição do principal.

Não nos consta, nem nos parece provavel, que se procedesse a similhante construcção no reinado del-rei D. José; isto dizemos por duas razões: primeira, porque o magnifico bergantim, construido em 1728 para servir nas funcções do principio do anno seguinte, deveria conservar-se, sem dúvida, em bom estado durante os reinados de D. João V e de seu filho, pois que na occasião do fallecimento d'este ultimo, em 1777, tinha aquelle bergantim 49 annos, existencia curta para embarcações como essa, que apenas de annos a annos são tiradas debaixo dos pannos que as cobrem, e de dentro dos telheiros, onde estão ao abrigo do tempo, para serem lançadas ao rio, e logo recolhidas immediatamente; segunda razão, porque em todo o reinado de D. José I não houve motivo para solemnidade no Tejo, que tornasse necessaria a construcção de um novo bergantim. Cremos, portanto, que n'esse tempo sómente se fabricaram alguns escaleres, e talvez galeotas mais ou menos ricas para o serviço ordinario do soberano e dos infantes, seus irmãos.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

A MASCARA

O homem, desde que vem ao mundo, põe a mascara; a mulher desde que sua mãe pensa em dar-lhe a luz. Esta mascara só a morte póde arrancar, e nem sempre o consegue.

Occorre ás vezes que um individuo se despoja d'ella no curso da vida. É então o que viu a sua fealdade se horrorisou, e o que soube destruil-a se horrorisou tambem. Convem, por isso, que estejamos sempre cobertos.

As mascaras possuem exquisita mobilidade, e variam de expressão com facilidade summa. Alguns profundos observadores tem procurado comprehender os sentimentos fazendo o estudo da sua mascara. Tal estudo, todavia, nem sempre dá bom resultado, porque a observação se destroe ante a impassibilidade da mascara.

Se os homens andassem um dia com o rosto descoberto, devorar-se-hiam uns aos outros. Por isso, os que o fazem devoram ou são immediatamente devorados.

A sociedade, com as suas leis e costumes, não tornaria, porventura, necessaria a mascara? A astucia e a dissimulação imperam soberanamente em toda a sociedade. Todos tratam de enganar, e todos são enganados.

Ha mascaras provisorias que se collocam sobre a fixa, porque esta não se tira nem para lavar o rosto.

Usam-se as provisorias quando ha que fazer grande mudança no caracter ou nos sentimentos, mas só ante determinadas pessoas e por tempo limitado. São diversas as occasiões da vida em que não póde prescindir-se de taes mascaras. Presenciae um duello, por exemplo. Todos ahi as pozeram eguaes.

Vereis identicas as physionomias, graves, meditabundas, languidas, chorosas, gesticulando uniformes e a compasso, como impellidas por machina, de um modo grotesco, ridiculo, repugnante. Repugnante, sim, porque são repugnantes até o extremo os quadros da vida social em que a desgraça e a dor se encontram sob o dominio da força, cingidas pelo odioso circulo da etiqueta, e opprimidas nesciamente pelas estultas leis da conveniencia e da fórmula.

Deixem á dor verdadeira e profunda que desafogue

[1] A rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya falleceu em 27 de dezembro de 1683.

[2] O que segue tambem nos foi enviado pelo sr. abbade de Castro, e é extracto dos apontamentos do mesmo Manuel Franco de Sequeira:

«Nas entradas que por mar e terra fizerão nesta Corte Elrey, o Senhor D. João 5.º, com os Serenissimos Principes do Brazil, e Altezas, em 12 de Fevereiro de 1729.

«Veio costeando á parte da marinha o Regio Bergantim, em que vinhão as Magestades, Principes e Altezas: era este o mais formoso e rico que tem sustentado o caudaloso Tejo; porque nem o asseio das mais formosas galeras de Chypre, nem a da deliciosa Cleopatra o igualavão: todo era dourado e lavrado com bem ordenada talha, obra de extremado artificio e riqueza, que a não ser para encerrar em si tanta Magestade, se poderia regular por prodigalidade o muito que em sua fabrica e adorno se dispendeu: levava arvorado o Estandarte Real; todo elle mais parecia um custoso e imperial palacio, do que Bergantim. A obra de talha era feita pelos nossos artistas José d'Almeida, Felix Vicente e Silvestre de Faria, famosos entalhadores; e a de pintura de Lourenço da Silva Paz, e Pedro Antonio Quillard e outros.»

livremente; deixem correr as suas lagrimas, o purissimo desafogo de um coração ferido. Quem é sinceramente amigo da pessoa que padece chore com ella, ou respeite-lhe o pranto; não a martyrise com as phrases sabidas, com as consolações de ceremonia, que não se attendem, embora se manifeste o contrario.

Que palavras se podem empregar ante a dor da mãe que perdeu o filho querido? Quaes se usarão para mitigar a do marido que perdeu a esposa amada, ou a do homem que recebeu um cruel desengano da mulher adorada?

A farça é sempre odiosa, mas ante a desgraça e a dor é indigna.

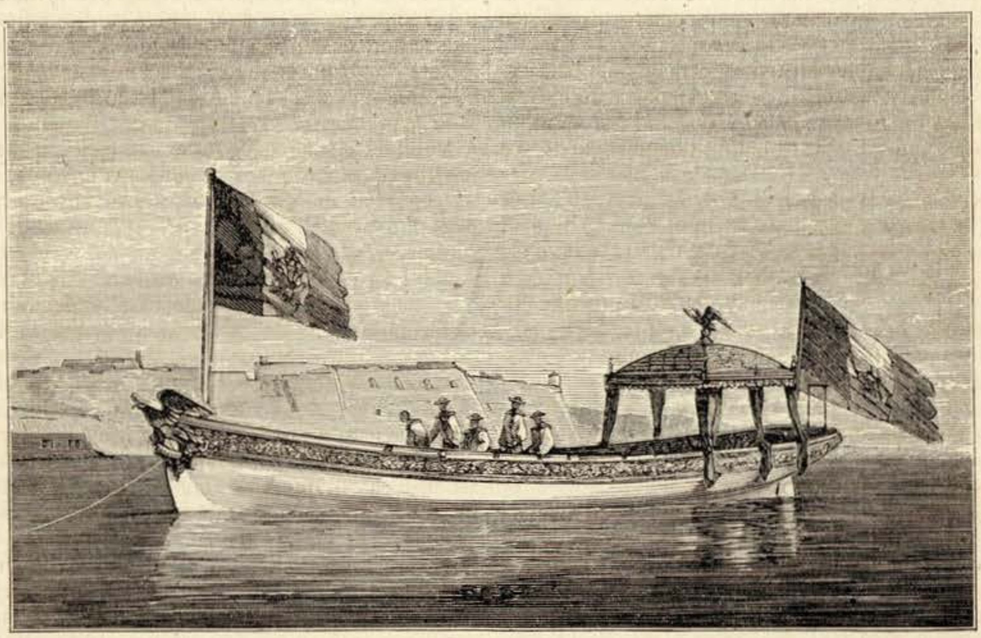
A mascara fixa, constante em todo o genero humano, é a adulação. Não ha individuo que deixe de usal-a, ainda que seja elevada ou insignificante a sua posição social.

ESCALER DE GALA DE NAPOLEÃO III

Não é falto de elegancia este escaler, e está decorado com riqueza e bom gosto, sendo de talha doirada todos os lavores que a nossa gravura n'elle mostra. Todavia, é muito inferior em tamanho e magnificencia ás nossas galeotas de segunda ordem.

Foi mandado fazer por Napoleão III, e acha-se no porto de Cherburgo. É celebre este porto nos fastos maritimos da França imperial, pelas grandiosas obras hydraulicas e de defensa, emprehendidas por diversos governos, que ora progrediam com os trabalhos, ora paravam desanimados ante os obstaculos, que eram muitos e grandes, e levadas em fim a cabo pela energia e perseverança do actual soberano.

Cherburgo, situado na costa do norte da França, tambem tem celebridade em a nossa historia moderna, porque foi alli que desembarcaram em 1831, na sua viagem do Brasil para a Europa, trazendo-nos esperanças de liberdade, a joven rainha, a sra. D. Maria II, o sr. D. Pedro, imperador do Brasil e duque de Bragança, e sua esposa, a sra. imperatriz, duqueza de Bragança, D. Amelia.



Escaler de gala de Napoleão III

O escaler de Napoleão III serviu nas sumptuosas festas com que se celebrou a inauguração do famoso dique e porto artificial de Cherburgo, a que assistiram os imperadores dos francezes, a rainha Victoria de Inglaterra, o principe consorte e seus filhos. O escaler está recatado em um telheiro ou armazem do grande arsenal de marinha que ahi existe.

Possue a França outra embarcação de gala para uso dos soberanos, muito superior áquella a todos os respeitos. Foi mandada fabricar pelo imperador Napoleão I, e guarda-se no arsenal de Brest. É incomparavelmente mais rica em obra de talha doirada do que o escaler mencionado. Entretanto, ainda assim, fica muito áquem do nosso bergantim real, pois que apenas tem de comprimento de quilha 17^{m},21, e é movida por 24 remadores, ao passo que o nosso mede quasi 29^{m}, e conta 120 remadores.

No reinado de Napoleão III tem-se-lhe feito algumas obras de reparação e de modificação. Entre as ultimas figuram as iniciaes do nome d'este monarcha —L N— em grandes caracteres doirados, collocados na pôpa, debaixo de uma coroa imperial.

I. DE VILHENA BARBOSA.

O QUE É POESIA

(Conclusão. Vid. pag. 68)

IV

— Ora vejam! seus filhos despediram-se á franceza!

— Os meninos naturalmente foram-se para casa, e a esta hora estarão já dormindo como cachorritos. Não é para estranhar, visto que essas creaturinhas saltam e se afadigam todo o dia, e parece terem azougue no corpo.

— E Mariquita?

— Mariquita? Não ha que perguntar para onde foi: está a fallar com o loiro, porque morre por elle.

Démos mais alguns passos, e encontrámos Luiz e Pepito sobre um monte de cheiroso feno adormecidos «como cachorritos», tranquillos, córados, formosos como o sentimento que se reflectia nos olhos de sua mãe quando esta me disse, lançando-se a desafogar n'aquelles pedaços de suas entranhas o sentimento que pouco antes lhe havia eu ajudado a definir:

— Olhe, Antonio, olhe, que joias de filhos me deu Deus! Abençoados sejam, que valem mais que todo o oiro do mundo!...

E D. Anna, chorando como louca e desfazendo-se em beijos nos filhos, acordou os travêssos, que nos seguiram esfregando os olhos com o punho e fazendo beicinho.

Com effeito, Mariquita estava fallando com o loiro, e assim que notou que nos avisinhavamos, dispoz-se a cortar a conversação com um «ai, que aborrecimento!», que não se me escapou ao ouvido.

Ia já anoitecendo, e não pude ver bem o que Mariquita fez quando se despediu do noivo: mas como aos olhos das mães nada se occulta, D. Anna disse-me ao ouvido para que não o ouvissem os meninos:

— Olhe como a rapariga é esperta: arrancou uma violeta do canteiro que ha ao pé do muro, deu-lhe um beijo e arremessou-a ao loiro. Está bem adiantada!

— Perdoe-lhe, D. Anna, essa innocente fineza, em graça do sentimento que deve encher o coração da pobre menina.

— Mas aquillo é mal feito; aquillo...

— Aquillo é poesia.

Mariquita reuniu-se comnosco e todos nos dirigimos para casa.

Á porta de uma das herdades visinhas altercavam dois homens com tal calor, que receiámos passassem a vias de facto.

Em logar de subir para a casa de jantar pela escada de madeira, saímos á rua pela porta do quintal com o fim de juntar os nossos esforços aos de outras pessoas que procuravam inutilmente aquietar os altercadores.

Apenas saímos á rua, ouvimos os sinos da egreja parochial que tocavam lenta e solemnemente á oração.

Todos os homens, incluindo os que altercavam, descobriram a cabeça; todos nos persignámos e todos guardámos silencio para pensarmos em Deus e nos entes queridos, assim vivos como mortos.

E parece-me que muitos dos circunstantes levavam a mão aos olhos.

Os que momentos antes altercavam sanhosos só se dirigiram algumas palavras de reconciliação, e separaram-se sem rancor na alma, porque lhes ouvi o nome de Deus nos labios.

D. Anna aproximou-se de mim, levando por segunda vez o lenço aos olhos, e disse-me em voz baixa:

— Ainda uma pergunta, e se me responder como espero, acabarei de comprehender o que é uma coisa que toda a vida senti e até hoje não sabia que nome dar-lhe. Isto que todos presenciámos, e todos sentimos, que é?

— É poesia.

— Ah! repito, abençoada seja a poesia, que vem a ser tudo o que é nobre, tudo o que é formoso, tudo o que é doce, tudo o que é terno, tudo o que é santo n'este mundo!

— Sim, D. Anna, sim, é isso! exclamei apertando affectuosamente a mão d'aquella mulher.

E voltando o pensamento para a immensa farragem de palavras, que escriptas *formam regras deseguaes*, falladas *se podem cantar*, que toda a vida vi nos livros e nas gazetas, e ouvi nos banquetes e nos theatros, figurou-se-me que o coração me dizia:

«Arredae-vos, os que vos daes o nome de poetas, só porque tendes mais ou menos paginas do diccionario na memoria, e o vosso ouvido distingue uma phrase de oito syllabas de uma phrase de nove! Arredae-vos, os que chamaes virgem sem mancha á que se arrasta no lodaçal, fazendo assim com que o mundo confunda a virgem com a mulher sem vergonha, e esta com a virgem! Arredae-vos, os que vos chamaes poetas e não sentis calor no coração nem lagrimas nos olhos, quando uma criancinha tirita de frio ou desfallece de fome, ou quando o sol desce para o occaso, ou quando os sinos lembram Deus e os mortos, ou quando a patria glorifica o heroismo de seus filhos, ou quando a virtude resplandece na vida publica ou na vida particular! Arredae-vos, e deixae o nome de poetas aos que sentem assim, ou já saibam expressal-o em cadenciosos versos ou pulida prosa, ou já com rudes e balbuciantes phrases! Quem vos disse, mofinos! que póde dar-se o augusto nome de poeta ao que sabe combinar mais ou menos habilmente certo numero de palavras? Quem vos disse que tem o mesmo nome, Deus que cria entes que pensam, sentem e executam, e o homem que cria automatos que executam e não pensam nem sentem?»

Isto dizia o meu coração, e isto escrevo para vergonha dos bandarilheiros que compõem versos, e para gloria dos que, levando em seu seio a poesia, caminham nobremente com ella, embora sintam frio no corpo e na alma, e se negam a fazel-a dançar sobre o lodo das ruas, por mais que lhes gritem das janellas: — Faze-a dançar, faze-a dançar, e ganharás alguns cobres!

V

Renuncio a explicar *o que é poesia*, ainda que os brios com que principiei a minha tarefa fizessem esperar outra coisa aos que não conheciam quão debeis eram, e são, as minhas forças.

Está visto que a theoria não é o meu forte.

Se alguma coisa tenho aprendido n'este mundo, devo-o á pratica.

Menino! se sei quaes são as tuas acções, qual a tua linguagem e quaes os teus sentimentos, é porque me converti em menino para fazer o que tu fazias, para fallar como tu fallavas, e para sentir como tu sentias.

Mãe! se comprehendo o teu amor, as tuas alegrias e as tuas tristezas, é porque identifiquei o meu coração com o teu para saber tudo o que te ia dentro do peito.

Filhos da dor e do trabalho! se comprehendo as vossas fadigas e as vossas dores, é porque a dor me enrugou a fronte e o trabalho me calejou as mãos.

Campos de Castella, cuja recordação vou depositando n'estes contos! se alguma vez pintei com fidelidade como sentem os que os povoam, como os enche de gala a primavera, como os allumia o sol quando sae ou se põe, e como a brisa da tarde diffunde por suas planicies o murmurio dos rios que os banham, os cantares dos lavradores que os percorrem, o soido dos sinos que os abençoam e sanctificam, é porque divaguei por elles a todas as horas estudando no livro da experiencia.

Chegára a Madrid ainda muito moço, e só encontrára consolação em pensar no pobre mas sereno lar de meus paes, e nos sombrios valles e escarpadas rocas onde passára os primeiros annos.

Fiz por então conhecimento com outro mancebo, que, tendo muita affeição á pintura, frequentava havia annos a academia de S. Fernando e desenhava já admiravelmente.

— Que queres que te pinte? me perguntava o meu amigo com um lapis na mão e um papel defronte.

— Pinta-me uma casinha rodeada de arvores e rocas, lhe respondia eu, que tinha sempre o pensamento fito na casinha de meus paes rodeada de rocas e de arvores.

Porém o meu amigo, que nunca saíra de Madrid, tinha uma idéa muito inexacta do que são as rocas, e, por mais que eu lhe explicasse, as rocas que pintava não me satisfaziam.

Eu desconhecia completamente o desenho. Comtudo, um dia, tratando de explicar por todos os meios ao *academico* como eram as rocas, tomei o lapis e desenhei, ou antes copiei, a casa de meus paes com a paizagem que a cercava.

Surprehendeu-nos n'aquelle entretenimento um cavalheiro mui entendido em pintura, e, antes que tivessemos tempo para esconder os desenhos, apoderou-se d'elles e poz-se a examinal-os.

Na occasião, porém, de entregar o desenho que per-

tencia a cada um, notou que eu estava muito córado, e enganou-se, dando ao academico o meu desenho e a mim o do academico, dizendo-me:

— Toma, filho, e envergonha-te da tua obra, em quanto não desenhares rocas como o teu companheiro de glorias e fadigas artisticas.

Desde então, quando pinto rocas, lembro-me das theorias dos mestres, porém lembro-me ainda mais das rocas da casa de meus paes.

Nas rocas que desenho não ha arte, mas ha verdade. Não nego que a verdade cabe na arte, porém cabe melhor em a natureza.

Pintor! quando queiras pintar uma arvore, traslada-te com o pensamanto aos arvoredos que alguma vez percorreste, e, tomando por modelo a arvore que mais claramente vejas, copia fielmente as escabrosidades e a côr da sua cortiça, e as sinuosidades e o lançado do seu tronco e dos seus ramos.

Disse, porém, que a theoria não é o meu forte, e estas divagações, que tem fumaças de theoria, provam-n'o.

Escrevo estas linhas em Villaviciosa, e sinto os travêssos chegarem-se a mim, depois de terem largado as saias da mãe. Deus queira que não lhes dê na vontade averiguar o que tem dentro este conto!

— Trabalha, Antonio? me disse D. Anna, que tambem viera com os travêssos filhos.

— Sim, minha senhora; parte-se-me a cabeça para ver se descubro o modo de explicar o que é poesia.

— Não o poderá, Antonio!... Perguntem-n'o a mim.

— É que ha muita differença entre a pratica e a theoria.

— Bom homem, deixe-se de theorias e ensine só com a pratica.

— Mas como tenho de explicar-me por escripto...

— Nada lhe occorre, Antonio? Pois não é difficil... Escreva o modo por que me ensinou a mim.

— Então já está escripto.

E o editor poderá agora accrescentar:

— E tambem será publicado.

DESCOBRIMENTOS DOS PORTUGUEZES NOS SECULOS XV E XVI

(Vid. pag. 69)

Começam as luctas contra quem começa a disputar-nos os proveitos resultantes de emprehendimentos que não foram disputados, e em que sós, e bem sós, nos achámos. Começam a revelar-se as tendencias mercantis para sobrepujar os commettimentos da heroicidade. E estas luctas sustenta-as el-rei D. João III contra a Inglaterra e contra a França, que pretendem frequentar os nossos dominios maritimos. Mas começára a epocha do commercio, repetimos, e se as espadas de Nuno da Cunha e D. João de Castro ceifam loiros immarcessiveis, se Antonio da Silveira e João de Mascarenhas se immortalisam defendendo Cambaya, nem por isso as tendencias se revelam menos em preferir o negocio que produz riquezas ás estocadas que dão morte, ainda que com gloria. É n'este reinado que Martim Affonso de Sousa vae á terra de Santa Cruz, e alli começa a estabelecer colonos, que depois hão de tornar-se n'um grande povo. É tambem n'este reinado que Thomé de Sousa desembarca na Bahia de Todos os Santos, onde lança os fundamentos de uma grande cidade.

Mas o tempo insta, e falta-me fallar de tres grandissimos varões.

São elles Corte-Real, Fernão de Magalhães e Christovão Colombo.

Nem pelos ter posposto a outros esclarecidos navegadores n'esta brevissima resenha, deixam elles de occupar privilegiados, se não principaes logares, entre os mais illustres e nobilissimos navegadores e descobridores.

Fallarei primeiro dos Corte Reaes.

Governava este reino o filho de D. João I. Affonso V acolhia e estimava as arriscadas emprezas a que serviam de incitamento o aturado e porfioso estudar da eschola de Sagres. Deviam alli ter achado as antigas noticias dos descobrimentos e navegações do povo scandinavo além da Islandia e Groelandia, ás terras denominadas Markland, Vinkland, etc., actualmente esquecidas por quem primeiro as encontrára, ou destruidas e submergidas com os infelizes christãos que n'ellas se achavam, ou estes completamente anniquilados e desapparecidos sob formidaveis moles de gelo.

Quando em Sagres convergiam toda a luz da intelligencia, toda a força da vontade audaciosa de um povo soccorrido com as luzes e os esforços dos mais esclarecidos e dos mais aventurosos genios de todos os paizes, é claro que não podiam minguar noticias de acontecimentos tão notaveis e tão sabidos poucos decenios antes. A estas noticias, e ao pensamento primordial que presidia então a todas as nossas navegações, descobrir um caminho, uma passagem para a India, devemos attribuir o arrojo com que João Vaz Corte-Real, fidalgo da casa do infante D. Fernando, se arriscou a navegar para o noroeste em demanda das terras anteriormente visitadas, ou a fim de passar o mar até encontrar a India.

Sabemos que em 1462 João Vaz Corte-Real, com Alvaro Martins Homem, chegára á Terra Nova ou do Bacalhau. Não se encontram, porém, vestigios de terem proseguido estas navegações desde então até aos fim do seculo. Foi em 1500 que o nobre Gaspar Corte-Real, auxiliado por el-rei D. Manuel, conseguiu sair do Tejo com dois navios, e, tocando na ilha Terceira, visitar os seus amigos e parentes para depois seguir a derrota de seu pae. Chega á terra que denomina *Labrador*, visita o porto das Malvas, a Terra Verde, o rio Nevado, a ilha do Caramelo ou dos Demonios, e o que hoje se diz *Canadá*. Denominou-se *Canada*, e não *Cá nada*, como se cuida que foram as palavras dos primeiros portuguezes que entraram esse rio: *Canada*, por não ser largo o caminho, que, como desejavam e esperavam, désse passagem para a India; e não *Cá nada*, por deixarem de encontrar o oiro, *porque o oiro que então procuravamos era a India*. Volta Corte-Real a Lisboa, e, partindo novamente para aquellas paragens no anno immediato, nunca mais se recebem noticias d'elle. Miguel Corte-Real, seu irmão, dirige-se para a terra do Labrador, e tambem d'alli não volta.

Quer Vasco Eannes Corte-Real velejar para as regiões onde lhe desappareceram os dois irmãos queridos; não consente, porém, el-rei, antes manda a outros que vão na infructifera procura dos Corte-Reaes! E o que resta de tanto esforço e ousadia, de tanta coragem e dedicação? A gloria de contarmos entre os Gamas e Albuquerques, Almeidas e Castros, os nobres Corte-Reaes, cuja memoria será tão duradoira como a terra que descobriram e onde pereceram! É o que resta dos Corte-Reaes!

Navegára, e tornára-se distincto na sciencia do mar e da guerra, o nosso compatricio Fernão de Magalhães. Seguíra para a India na frota de Diogo Lopes de Sequeira, quando aquelle capitão fôra ás ilhas de Madagascar e de Malaca. Na volta de Goa para o reino, naufragando as naus, deveu-se á intelligente energia e dedicado serviço de Fernão de Magalhães, com a salvação das vidas, o não se perder toda a fazenda real. Em galardão d'estes trabalhos, pediu Magalhães a el-rei o accrescentamento de duzentos ou de cem réis mensaes na sua moradia; mas D. Manuel, ou por causa de um processo em que fôra envolvido o illus-

tre navegador, ou porque lhe não houvesse ganhado affeição, indeferiu o pedido.

Este indeferimento valeu uma grandissima gloria á Hespanha. Fernão de Magalhães, estudando e meditando, recebendo copiosas informações das Molucas e de todo o Oriente, presentiu que havia ainda outro caminho para a India além d'aquelle que fôra descoberto pelo Gama. Crente n'esta esperança, deixa Portugal, e vae offerecer á corôa hespanhola o roubar-nos o exclusivo do commercio oriental, patenteando um outro caminho para alli — sem passar pelos dominios portuguezes. Mais offerece provar que as Molucas pertencem á demarcação de Hespanha, quer pela bulla do papa Alexandre VI, quer pelo tratado de Tordesilhas.

Consegue Fernão de Magalhães a necessaria licença de Carlos V, e no dia 1.º de agosto de 1519 sae de Sevilha no navio *Trindade*, seguido por outros quatro navios, *Victoria*, *Santo Antonio*, *Conceição* e *S. Thiago*, sendo o maior d'elles do porte de 130 toneladas. Vão ancorar em Tenerife, e alli, refazendo-se de agua e mantimentos, recebe Magalhães o conselho de se acautelar dos companheiros, que mais são inimigos promptos a rebellar-se contra elle, do que auxiliares que o ajudem na primeira difficuldade que se deparar. Veleja para a terra de Santa Cruz, entra no Rio de Janeiro, navega depois para o sul, chama *Monte Video* ao morro situado á entrada do Rio da Prata, e n'este rio surgem todos. Examinam o Rio da Prata para ver se dá a desejada passagem para o mar do Poente, mar avistado por Balboa quatro annos antes, e com este intuito exploram a costa, visitam as enseadas, reconhecem as bahias que descortinam, e ferram n'aquella que denominam de *S. Julião*.

Foi aqui onde Magalhães teve de supportar, com os trabalhos e perigos da tormenta, os desgostos da rebeldia dos companheiros. Foi aqui onde Magalhães se mostrou energico e severo, como não podia deixar de ser capitão que tanto ousava, capitão que taes feitos emprehendia. Saíndo d'aqui, entra no rio de Santa Cruz, e, novamente desferindo as velas, continúa a navegar para o sul até descobrir o cabo que chamou *das Virgens*, e, descortinando outro cabo ainda mais para o sul, manda fazer grandes festas, porque, pelas fortes marés e outros signaes, presente que terá chegado ao tão desejado estreito que lhe dê passagem para o outro mar. Entra o famoso estreito, denomina *do Fogo* a terra do sul, e, apesar de abandonado pelo navio *Santo Antonio*, continúa a navegar, e chama *Desejado* ao cabo que pelo sul termina esse estreito. E assim, a 26 de novembro, desemboca com tres navios no mar que denomina *Pacifico*.

Segue governando a differentes rumos, alcança a ilha de S. Paulo ou Desaventurada, depois a dos Ladrões, e por ultimo as Filippinas. D'alli, guiado por praticos do paiz, vae aonde a sorte mesquinha quer que seja o ultimo dia de vida de tão infeliz quanto ousado e esclarecido navegador. Chega á ilha de Zebut, e, combatendo contra os naturaes com espantosa desegualdade em numero, contra a perfidia e traição dos indigenas, que, reconciliados, lhe preparam tão infame ingratidão, e contra a falta de polvora, quando os companheiros afflictos buscam salvar-se nas lanchas, Fernão de Magalhães, *o portuguez*, cobre e defende a retirada até ao ultimo, e, guardando-se para derradeiro, é morto alli!

Um só navio, o *Victoria*, consegue tocar em Timor, e, commandado por Sebastião d'el Cano, seguir derrota pelo cabo da Boa Esperança, refazer-se de aguada em S. Thiago de Cabo Verde, e entrar a 7 de setembro de 1522 no rio d'onde partíra quasi tres annos antes, tendo feito uma volta completa em roda da terra.

De Magalhães resta a gloria, e, em quanto o estreito que conserva o nome do famoso portuguez unir o Pacifico ao Atlantico, não morrerá nem esquecerá o illustre Fernão de Magalhães.

Não posso concluir esta abbreviada synopse sem dizer que, se a Hespanha se gloria de ter acolhido o pensamento e prestado navios a Christovão Colombo, se Genova se ufana de ser patria de tal heroe, se á Inglaterra peza de haver desdenhado as offertas do grande homem, Portugal, com o sentimento de não acceitar os serviços do esclarecido navegador, póde jactar-se e ensoberbecer-se por ter sido a eschola e o guia, senão o pharol e a derrota, que levou o illustre descobridor ao novo mundo, a que chamaram *America*, quando deveram nomeal-o *Colombia*.

(Continúa) ANTONIO FILIPPE MARX DE SORI.

PERIGOS DA FORMOSURA

A formosura é como a tyrannia, que quanto mais gente sujeita, tanto está menos segura. E posto que as formosas sejam honestas (que, como já dissemos, não faltam muitas que conservam esta virtude no meio de grandes encontros e perigos), ao menos estão mui sujeitas a ser murmuradas; porque é muito invejada a formosura, e ninguem murmura mais que os invejosos: e como todos em geral põem n'ella os olhos, muitos os desejos, e alguns as pretenções e atrevimentos, e o mundo sempre julga por exteriores, convem que sejam as vidas e linguas mui reformadas, para não andarem em egual passo os pensamentos com as suspeitas e as murmurações com as apparencias; e é trabalho contar verdades encobertas para justificar honras calumniadas...

Outro inconveniente apontam os auctores á formosura, que ainda fica mais encontrado com a perfeição do casamento. Este é a natural soberba e vaidade que de ordinario costumam ter as que se prezam de formosas...

Anda nas mulheres a formosura em egual grau com a riqueza, de cujos encargos e perigos temos tratado, porque do mesmo modo se ensoberbeceu com o bom parecer do rosto, como com os excessos da fazenda: assim o affirma Francisco Petrarcha com estas palavras: «Ha dois aguilhões da soberba conjugal, um é a fazenda, outro a formosura.» Em outro logar declara o mesmo com est'outras: «Se é grande a formosura de vossa mulher, tambem o é a sua soberba, porque escassamente se acha coisa que tanto as encha de opinião e vaidade.»

Ovidio attribue á formosura este mesmo encargo, dizendo: «Para as formosas são as pompas e demasias, porque a soberba anda sempre annexa á formosura.» D'esta soberba e vaidade podem resultar perigos varios, pois como a superioridade mal fundada logo vem a dar em vontade livre, se não lhe acode o freio da boa consciencia, ou bom juizo...

Das coisas do mundo tomam exemplo as que são honestas sendo formosas, para andarem sempre offerecendo a Deus assim a formosura como a honestidade, e reconhecendo a este Senhor por auctor de todos os bens e perfeições da natureza, para que quando se virem solicitadas não queiram fiar toda a resistencia do seu brio e procedimento, nem dos primores mal fundados com que alguns idolatram na honra do mundo, porque elle costuma dar contínuas voltas, mudando successos e vontades, e se não ha alguma columna muito mais firme em que a virtude se fortifique, ás vezes vem ao chão seus edificios...

E visto como as formosas tem estes riscos, posto que não seja por defeito seu, senão pelo atrevimento e malicia do mundo, bem claro está que o mais seguro e conveniente é fugir de excessos de formosura para conservar com menos trabalho a perfeição do casamento. DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE — *Casamento perfeito*